

## A HISTÓRIA E A SEDUÇÃO DA NARRATIVA

José Antonio Vasconcelos<sup>1</sup>

### RESUMO

A questão da narrativa na escrita da História ganhou impulso no final da década de 1970 com a publicação de um conhecido artigo de Lawrence Stone, *The Revival of Narrative*. Na mesma época já eram bastante difundidos nos círculos acadêmicos as contribuições de teóricos da Literatura para os estudos de análise estrutural da narrativa. Nessa comunicação apresento um breve balanço das discussões sobre narrativa e representação histórica com ênfase em textos de autores influentes nas últimas décadas como Hayden White e Paul Ricoeur. Neste percurso pretendo propor sugestões com relação à incorporação de *insights* da Teoria Literária na composição de textos de História.

**Palavras-chaves:** história; sedução; narrativa.

### ABSTRACT

The question of narrative in historical writing received impulse by the end of the 1970s with the publication of a well known article by Lawrence Stone, *The revival of narrative*. At that time the contributions of theorists of literature for the structural analysis of narratives were already recognized in academic circles. In this communication I present a brief account of the debates narrative and historical representation, emphasizing texts on influential authors in the last decades, such as Hayden White and Paul Ricoeur. In the process I intend to point implications regarding the incorporation of insights from literary theory in the composition of historical texts.

**Keywords:** history; seduction; narrative.

---

<sup>1</sup> Professor do departamento de História da Universidade de São Paulo, doutor em História pela UNICAMP. E-mail: vasconcelos@usp.br

## INTRODUÇÃO

A questão da “volta” da narrativa na escrita da História foi um tema intensamente debatido nos anos 1980 e 1990 e geralmente associado à emergência de uma sensibilidade pós-moderna. Mas com o declínio do pós-modernismo como modismo acadêmico – hoje as palavras da moda são outras, como “globalização” ou “sustentabilidade” – os debates sobre a incorporação de *insights* de teorias da narrativa foram ficando à míngua e atualmente quase parecem uma idéia fora de lugar. Mas talvez exatamente por isso o atual momento seja ideal para fazermos uma reavaliação dessa discussão e procurarmos entender o que de fato o historiador tem a ganhar ou a perder ao assumir uma forma narrativa de representação da realidade histórica.

Em 1997 o historiador americano David Harlan já admitia conformadamente que “talvez o momento pós-modernista realmente tenha vindo e ido embora”, mas acrescentava que “ao dirigir-se porta afora ele demoliu um dos pressupostos mais importantes da escrita histórica americana”, qual seja, a crença na objetividade de seus resultados. (HARLAN, 1997) O que Harlan afirma acerca do pós-modernismo também é válido, em certa medida, para a questão da narrativa na História. Nos anos 1980 e 1990 os debates sobre o pós-modernismo e a suposta volta da narrativa eram conduzidos de forma dramática e às vezes em tons apocalípticos, como se a sobrevivência da História, enquanto disciplina acadêmica e como forma de conhecimento estivesse em jogo. O historiador americano Robert Berkhofer, por exemplo, nos alertava para o fato de que “a Teoria Literária contemporânea desafia até mesmo os fundamentos da prática histórica profissional corrente ao negar a factualidade em que repousa a autoridade da própria História” (BERKHOFER, 1998: 139), e o historiador australiano Keith Windschuttle nos advertia que, “se os historiadores permitirem que sejam estimulados a ir até o fim deste abismo teórico, eles acabarão produzindo a extinção de si mesmos e de sua disciplina.” (WINDSCHUTTLE, 1996: 37) Mas exatamente em função do modo apaixonado e apologético como os posicionamentos teóricos eram defendidos, o rigor conceitual acabava sendo comprometido por uma retórica que nem sempre fazia questão de demarcar adequadamente as diferenças significativas no interior das próprias tendências iconoclastas.

Tomemos como exemplo o historiador britânico Keith Jenkins que, ao associar a interpretação histórica à leitura de textos, afirma que “Ao fim, a história é teoria, a teoria é ideologia e a ideologia é pura e simplesmente interesse material.” (JENKINS, 2001: 27) A própria simplicidade com que o silogismo é formulado já é motivo para suspeitarmos que alguma coisa está errada. Seria interessante, antes de tudo,

perguntar: *em que sentido* a História é teoria? *Em que sentido* a teoria é ideologia? *Em que sentido* a ideologia é interesse material? Uma breve consulta a um bom dicionário filosófico – Abbagnano ou Ferrater Mora, por exemplo – já é suficiente para nos darmos conta de que “História”, “teoria” e “ideologia” são termos polissêmicos e nos remetem a conceitos complexos demais para se acomodarem a uma formulação tão simples e concisa como a de Jenkins.

Podemos encontrar num texto do historiador brasileiro Antonio P. Benatti outro exemplo de como a defesa apaixonada de um posicionamento pós-modernista pode obscurecer distinções importantes. Segundo esse autor “foi sobretudo a partir do século XIX, quando os metodólogos da história tentaram dar-lhe um estatuto científico, que as correntes hegemônicas da historiografia abandonaram progressivamente o *como* (identificado como uma descrição pré-científica dos fatos) e objetivaram o alcance do *porquê* (a explicação racional de estruturas não factuais).” (BENATTI, 2000: 65) Ora, isso é quase um disparate se levarmos em conta que era justamente a ênfase na descrição de conteúdos factuais e a falta de atenção a estruturas de longa duração que davam o tom da crítica da escola dos *Annales* à historiografia positivista. Em outras palavras, a ênfase na explicação racional de estruturas não factuais reflete uma tendência do século XX e não do XIX. O problema na argumentação de Benatti é que ele confunde duas situações afins, mas não absolutamente idênticas: a recusa em subsumir a História ao âmbito da literatura, que data da época do Iluminismo, mas que atinge seu auge realmente no século XIX, e a recusa da forma narrativa de representação do passado em favor de modelos analíticos, operada principalmente a partir da primeira metade do século XX.

Ao fazer essas observações não visou desautorizar a leitura de autores como Jenkins e Benatti – pelo contrário, considero seus textos didáticos e inteligentes –, mas tão somente apontar para o fato de que a paixão com a qual a questão da narrativa foi tratada nas últimas décadas levou muitos teóricos (fossem eles pró ou contra a narrativa) a não discernir diferenças significativas entre aqueles que adotassem um posicionamento diferente do seu. A relativa distância do período de maior efervescência das discussões sobre o pós-modernismo pode, portanto, nos permitir avaliar com mais calma e ponderação o fenômeno da chamada “volta da narrativa” na escrita da História.

## **A PERCEPÇÃO DE UM RETORNO DA NARRATIVA**

Um dos principais marcos na percepção de um retorno da narrativa na historiografia acadêmica foi a publicação de um texto do historiador britânico Lawrence Stone

sobre esse tema. Em “The revival of narrative” ele argumentava que entre as décadas de 1950 e 1960 “houve três tipos muito diferentes de “História científica” de uso corrente, todas elas baseadas não em novos dados, mas em novos modelos e métodos: elas são o modelo econômico Marxista, o modelo ecológico/demográfico francês e a metodologia ‘cliométrica’ americana”.(STONE, 1979: 5) Comum a esses três modelos era o pressuposto de que uma história verdadeiramente científica deveria se distanciar de uma forma narrativa de representação do passado, que enfatizava questões do tipo “o quê?” e “como?” e ocupar-se prioritariamente em responder as questões “por quê?” Em outras palavras, tratava-se de colocar em primeiro plano a análise dos dados obtidos a partir das fontes, e não a sua mera descrição ou arranjo em ordem cronológica. Na prática isso significava um relativo apagamento do indivíduo em favor de categorias mais abrangentes como o “modo de produção”, a “sociedade” ou as “séries e projeções estatísticas”.

Essa interpretação encontrava respaldo na diferenciação anteriormente esboçada pelo historiador francês François Furet entre a *histoire-récit* (história narrativa) e a *histoire-problème* (História problema). No primeiro caso o historiador descreve um conjunto de acontecimentos que têm lugar em determinado período e lugar, como fazem em geral os pesquisadores de orientação positivista, enquanto no segundo caso o objetivo principal é resolver um problema que o próprio historiador coloca a partir desse mesmo período e conjunto de acontecimentos. A problematização dos objetos de conhecimento histórico constituiria, assim, a grande inovação teórica trazida pelas principais correntes historiográficas do século XX, especialmente a escola dos *Annales*. De acordo com Furet, o historiador “está consciente de que escolhe, nesse passado, aquilo de que fala e, assim fazendo, coloca, a esse passado, questões seletivas. Por outras palavras, constrói seu objeto de estudo, delimitando não só o período, o conjunto dos acontecimentos, mas também os problemas colocados por este período e por esses acontecimentos, e que terá que resolver. Não pode portanto escapar a um mínimo de conceptualização explícita: a boa questão, o problema bem colocado são mais importantes – e são mais raros.”(FURET, 1986: 84).

Já ao final dos anos 1970, porém, Stone podia verificar um progressivo abandono dos modelos grandiosos de análise histórica e um retorno ao modo narrativo, centrado nas ações de indivíduos do passado. Paradigmáticos, nesse sentido, seriam as obras *Montaillou*, do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, que relata aspectos da vida cotidiana dos moradores de uma aldeia no sul da França na passagem do século XIII ao XIV a partir de registros da Inquisição, e *O queijo e os vermes*, do historiador italiano Carlo Ginzburg, que descreve as concepções cosmológicas e o

cotidiano de um moleiro no século XVI, também a partir de registros da Inquisição. Essa mudança de orientação nos estudos históricos ainda hoje nos causa um pouco de perplexidade, mas podemos compreendê-la melhor se levarmos em conta que, ao assumir conceitos e modelos explicativos complexos, os historiadores acabavam tendo como resultado final de suas pesquisas um texto hermético e abstrato, que perdia o sabor de uma “história bem contada”. Eles assim se afastavam do público em geral, passando a escrever quase que somente uns para os outros. Outro problema é o desapontamento em ver que o processamento de uma extensa série de informações obtidas a partir de um laborioso exame das fontes primárias acabava, no final das contas, sendo reduzido a um gráfico ou uma tabela que nem sempre eram garantia de um resultado mais acurado do que o de uma pesquisa mais modesta e menos abrangente, fundamentada em anotações a lápis a partir de um número reduzido de documentos esparsos. Nas palavras do próprio Stone:

Justamente esses projetos quem sido os mais generosamente financiados, os mais ambiciosos na reunião de grandes quantidades de dados por exércitos de pesquisadores pagos, os mais cientificamente processados pela tecnologia de informática de última geração, os mais sofisticados matematicamente na apresentação, são os que até agora os que têm se revelado os mais desapontadores. Hoje, duas décadas e milhões de dólares, libras e francos mais tarde, há apenas resultados modestos a apresentar pelo dispêndio de tanto tempo, esforço e dinheiro.(STONE, 1979: 12)

Apesar de constituir um texto bastante esclarecedor e de identificar prematuramente uma tendência que se consolidaria mais firmemente nas décadas seguintes, devemos admitir que o artigo de Stone não primava pela sofisticação teórica. O mérito desse texto é outro: ele traz de forma resumida e sistemática um balanço geral da historiografia produzida entre as décadas de 1950 e 1970, identificando tendências gerais a partir de um entendimento relativamente simples de narrativa: “Narrativa é tomada como o meio de organização do material em uma ordem cronologicamente seqüencial e o enfoque do conteúdo numa única história coerente, ainda que com sub-enredos. Os dois modos essenciais pelos quais a história narrativa se diferencia da história estrutural são que o arranjo é descritivo ao invés de analítico, e seu foco central é o homem e não as circunstâncias.”(STONE, 1979: 3) Nesse sentido, a noção de narrativa que Stone utilizou encontrava-se em nítido descompasso com as teorias da narrativa que estavam sendo desenvolvidas na época no âmbito da Teoria Literária. Autores como Roland Barthes, por exemplo, concebiam novas possibilidades para o modo narrativo de armação do enredo, que podiam perfeitamente romper com a cronologia ou com o pressuposto de um enredo coerente.

Não devemos pensar com isso que a singeleza do conceito de narrativa em Stone constitua um mal a ser lamentado. Pelo contrário, isso tornava possível demarcar duas grandes categorias de modo claro e pouco problemático – a escrita analítica e a narrativa –, e identificar uma mudança nos padrões das pesquisas historiográficas da primeira à segunda categoria. Mas para que possamos explicitar as questões teóricas inerentes a essa mudança ou derivadas dela, é preciso tomar em consideração os autores que efetivamente nos remetam à passagem da historiografia à teoria literária e vice-versa.

## **HAYDEN WHITE E PAUL RICOEUR**

As discussões em torno da narrativa envolvem grupos de teóricos com posicionamentos bem definidos. De um lado encontramos historiadores, principalmente aqueles ligados à escola dos *Annales*, que se opõem ao modo narrativo de representação do passado, não porque a narrativa de certa forma deforme ou falsifique a realidade histórica (o que também não está fora de cogitação), mas principalmente porque ela apresenta a parte como sendo o todo. Fernand Braudel, por exemplo, é um nome que de imediato nos vem à mente. Nesse sentido, podemos lembrar que, dos três níveis de temporalidade – a estrutura, a conjuntura e o acontecimento –, a narrativa representa apenas o primeiro, enquanto os dois últimos só podem ser estudados com um tratamento analítico, e não narrativo, das informações obtidas a partir das fontes primárias. De outro lado podemos situar os teóricos que defendem a narrativa como o modo próprio e adequado de representação da realidade histórica. São em geral pesquisadores ligados à Filosofia Lingüística, que, em sua maioria, não possuem formação em História, mas tratam dessa disciplina como parte de discussões mais abrangentes no âmbito da Filosofia da Ciência. Para autores como William Dray ou Arthur Danto, por exemplo, a História é um tipo particular de ciência na qual os resultados da pesquisa ganham sentido na medida em que são representados na forma de uma narrativa.

Nesse cenário podemos perceber significativas limitações tanto na oposição quanto na defesa da narrativa na escrita historiográfica. Entre os teóricos avessos à narrativa predomina uma identificação quase que imediata entre a narração e o modelo tradicional de História, que enfatizava as ações de caráter político dos “grandes homens” do passado. Nesse sentido a crítica não se faz em relação à narrativa em si mesma, mas de forma indireta, na medida em que esta se encontra associada à

abordagem positivista no estudo da História. Já entre os filósofos analíticos da História, o problema é outro: em geral seu entendimento do conhecimento histórico se limita a um misto de senso comum com um conhecimento relativamente acurado das contribuições teóricas de historiadores do século XIX, associado a um desconhecimento ou indiferença em relação às tendências historiográficas do século XX. Tanto assim que as referências a autores e obras contemporâneos importantes no campo da historiografia são escassas nos estudos de filosofia analítica da História. Num extremo podemos tomar Carl Hempel, que em seu conhecido texto sobre a função geral das leis em História, apela para exemplos esdrúxulos, como o congelamento da água de um radiador de automóvel, enquanto ignora ou finge ignorar os estudos monográficos relevantes no campo da historiografia.

Podemos identificar em autores de orientação hermenêutica uma tentativa de superação desse impasse entre uma concepção estreita de narrativa história e uma falta de atenção às inovações teórico-metodológicas da Nova História. Nesse sentido cabe destaque à obras do historiador americano Hayden White e do filósofo francês Paul Ricoeur. Ambos procuram uma convergência entre os estudos estruturalistas e pós-estruturalistas de análise da narrativa e os debates teórico-metodológicos envolvendo a produção historiográfica do século XX. Fundamental para esses dois autores é a tese de que a narrativa não é somente um simples meio para a transmissão de informações, mas desempenha um papel decisivo na produção de significado. Isso, porém, não significa dizer que a narrativa “distorce” uma realidade histórica imaculada, mas sim que essa própria realidade já se encontra de antemão constituída linguisticamente.

Para Hayden White o passado histórico como tal não se encontra mais acessível à percepção imediata, como os objetos das ciências naturais. O que temos são vestígios presentes aos quais o pesquisador atribui significado simbólico. Na escrita da História o pesquisador seleciona e arranja um conjunto de dados em ordem cronológica (o que por si só já constitui uma atividade poética) e arma um enredo, ou seja, desse conjunto de dados configura uma história dotada de sentido. Assim entendida, a escrita da História pressupõe um ato poético pelo qual o historiador, ao narrar, produz uma história de um tipo particular. Seguindo o raciocínio de White, um historiador como Burckhardt, por exemplo, teria escrito sobre o Renascimento numa perspectiva irônica, mas nada impediria que outro historiador, servindo-se das mesmas fontes, montasse seu enredo numa perspectiva metafórica, metonímica ou sinedóquica. Na prática isso significa que o historiador não precisa permanecer atrelado ao modelo realista de representação do passado, com o qual os historiadores dos *Annales*,

por mais inovadores que tenham sido, não conseguiram romper, mas pode se abrir a novos e diferentes modos de configuração poética amplamente utilizados na literatura contemporânea. Nas palavras do próprio White:

O historiador poderia ser visto como alguém que, como o artista ou o cientista modernos, procura explorar uma certa perspectiva sobre o mundo que não se arroga exaurir a descrição ou análise de todos os dados em todo o campo fenomenal, mas que, ao invés, se oferece como **uma maneira entre muitas** de esclarecer certos aspectos do campo. Tal concepção de indagação histórica permitiria que os historiadores concebessem a possibilidade de uso de modos de representação impressionistas, surrealistas, expressionistas e até mesmo acionalistas, para a dramatização dos dados por eles descobertos. (WHITE, 1985: 47)

Paul Ricoeur, por sua vez, partilha de muitos dos pressupostos de White. Tal como este, Ricoeur também acredita que a escrita da História constitui um ato poético, por meio do qual o pesquisador produz a configuração narrativa de uma realidade histórica pré-configurada linguisticamente. Também como White, Ricoeur busca ultrapassar uma noção limitada de narrativa, explicitando o modo como abordagens pretensamente analíticas incorporam formas narrativas não convencionais, mas que não obstante não deixam de ser narrativas. Em ambos encontramos uma tentativa de entender a escrita da História a partir de *insights* da teoria literária, em especial em suas vertentes estruturalista e fenomenológica. Mas em sua obra *Tempo e narrativa* Ricoeur vai além, sugerindo que os enredos – ou, nos termos de Ricoeur, a “tessitura da intriga” – não são simplesmente constituídos pela imaginação do historiador, mas correspondem a configurações da própria realidade histórica. Em outras palavras, o campo de conhecimento histórico é formado por personagens, que podem ser tanto indivíduos como instituições, que, interagindo com outros personagens, realizam ações motivadas por intenções nem sempre coincidentes com os resultados alcançados. Nesse emaranhado que envolve o desdobramento temporal de personagens, ações, intenções e resultados se configura um “sentido” que a narrativa historiográfica consegue representar de modo privilegiado. Nas palavras do próprio Ricoeur:

Seguir uma história é avançar no meio de contingências e de peripécias sob a conduta de uma espera que encontra sua realização na *conclusão*. Essa conclusão não é logicamente implicada por algumas premissas anteriores. Ela dá à história um “ponto final”, o qual, por sua vez, fornece o ponto de vista do qual a história pode ser percebida como formando um todo. Compreender a história é compreender como e por que os episódios sucessivos conduziram a essa conclusão, a qual, longe de ser previsível, deve finalmente ser

aceitável, como congruente com os episódios reunidos. É essa capacidade da história de ser seguida, que constitui a solução poética do paradoxo da distensão-intenção. Que a história se deixe seguir converte o paradoxo em dialética viva.(RICOEUR, 1994 : 105).

Tanto White quanto Ricoeur revelam uma sofisticação teórica impressionante, argumentando convincentemente que a narrativa produz ela própria um conteúdo cognitivo não diretamente subordinado ao objeto por ela representado. Contudo, há nesses autores uma limitação provavelmente associada a seus pressupostos, especialmente a influência que recebem da teoria lingüística e literária estruturalista. O fato é que a abordagem do estruturalismo busca compreender a produção de significado que ocorre na relação que se estabelece entre a forma e o conteúdo de um texto. Esse texto, porém, não constitui uma unidade autônoma, mas sua produção e recepção nos remetem a uma realidade não textual. A ênfase desses autores na relação entre a forma e o conteúdo de um texto historiográfico, portanto, propicia uma compreensão profunda quanto a suas implicações poéticas, mas traz poucas conseqüências à prática historiográfica. White, por exemplo, sugere que o historiador não se limite a uma perspectiva realista, mas não esclarece de modo suficientemente claro como é possível fazer isso para além do âmbito literário. Ricoeur, por sua vez, nos surpreende ao mostrar que autores como Georges Duby e Fernand Braudel se servem de estratégias narrativas na composição de suas obras, mas ao mesmo tempo nos decepciona por não sugerir de forma clara abordagens alternativas.

Em função dessas limitações nas obras de White e Ricoeur, considero justificada, por exemplo, a crítica que o historiador francês Roger Chartier faz a certo número de teóricos de orientação pós-modernista ao argumentar que “todas as instâncias históricas devem levar em consideração o fato de que a experiência não é redutível ao discurso, e todos precisam se resguardar contra o uso exageradamente livre da categoria do “texto”.(CHARTIER, 1997 : 20). O historiador americano Allan Megill tece considerações análogas às de Chartier quando afirma que “é claro que a narrativa tem um valor próprio [...]. Mas ao mesmo tempo, e talvez mais enfaticamente, devemos dizer que a narrativa não tem um valor próprio. O que ela tem, ao invés, é um poder de sedução – um poder que pode ser facilmente explorado de modo a apresentar a visão *possível* da narrativa acerca de uma realidade.”(MEGILL, 2007 : 77) White e Ricoeur, devemos admitir, jamais identificam o discurso histórico com o discurso de ficção. Para eles a distinção é bem clara: a História lida com referentes reais, enquanto a ficção lida com referentes imaginários. Mas, ao incorporar conceitos da teoria literária na análise de textos literários esses autores certamente contribuem para um

esmaecimento das fronteiras entre esses dois domínios, o que constitui uma real armadilha para leitores incautos ou, pior, por demais entusiasmados com a “virada lingüística” nas ciências humanas.

## CONCLUSÃO

Neste ensaio procurei apresentar de forma breve o tema do suposto retorno da narrativa na escrita da História, pontuando algumas das principais idéias de autores influentes nesse debate. O que proponho como conclusão, porém, na verdade é um convite a uma reflexão mais abrangente, cujo desenvolvimento necessariamente extrapolaria as dimensões do presente texto. Mas a idéia, basicamente, é a seguinte: por que não substituímos a expressão “virada lingüística” por outra, a “virada cultural”, quiçá mais acertada para tratar das tendências historiográficas contemporâneas? O retorno da narrativa coincidiu com uma crescente influência dos estudos etnológicos na pesquisa historiográfica e a conseqüente incorporação do conceito antropológico de cultura na escrita da História. A aceitação dessa expressão traria duas conseqüências básicas. Em primeiro lugar haveria a percepção de que não estamos condenados a um dilema entre a História-narrativa e a História-problema, para usar os termos de Furet. A história teoricamente fundamentada no conceito antropológico de cultura não constitui uma recusa da problematização de seus objetos de estudo, aliás, muito pelo contrário. Mas, mesmo assim, é perfeitamente possível apresentar o resultado de pesquisa que siga essa orientação na forma de uma narrativa. Em segundo lugar, devemos ter em vista que a analogia entre texto e práticas culturais, assumindo uma cultura particular como um texto a ser interpretado nos remete a questões de hermenêutica e de teorias da narrativa, mas de modo muito mais profícuo do que uma abordagem puramente lingüística ou puramente literária. Mas estas, obviamente, são questões que procurarei explorar e talvez elucidar em uma próxima ocasião.

## REFERÊNCIAS

- BENATTI, A. P. “História, ciência, escritura e política”, in: RAGO, M.; GIMENES, A. (orgs.). *Narrar o passado, repensar a História*, Campinas : IFCH/UNICAMP, 2000.
- BERKHOFER, R. “The challenge of poetics to (normal) historical practice”, in: KEITH, J. (ed.). **The postmodern history reader**, London : Routledge, 1998.

CHARTIER, R. **On the edge of the cliff: history, language and practices**. Baltimore: Johns Hopkins, 1997.

FURET, F. **A oficina da História**. Lisboa : Gradiva, 1986.

HARLAN, D. **The degradation of American history**. Chicago : Chicago University Press, 1997.

HEMPEL, C. G. A função das leis gerais em história. In: GARDINER, Patrick. **Teorias da história**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

JENKINS, K. **A História repensada**, São Paulo : Contexto, 2001.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas : Papyrus, 1994, vol. 1.

STONE, L. The revival of narrative: reflexions on a new old history. **Past and Present**. 85, 1979, p. 3-24.

WHITE, H. **Tropics of discourse: essays in cultural criticism**. Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1985.

WINDSCHUTTLE, K **The killing of history: how literary critics and social theorists are murdering our past**. San Francisco : Encounter Books, 1995.

